



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Trabalho, Organizações e Profissões [ST]

INDÍCIOS E EVIDÊNCIAS DA RECONFIGURAÇÃO DO EMPREGO EM PORTUGAL (2005 – 2013)

RODRIGUES, Ricardo Fabrício

Doutor em Sociologia Económica e das Organizações

Universidade da Madeira e SOCIUS

rf@uma.pt

SOBRAL, Filipa

Doutoranda em Psicologia dos Recursos Humanos, do Trabalho e das Organizações

Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa

filipa.sobral@psicologia.ulisboa.pt

LOPES, Sílvia

Doutoranda em Psicologia dos Recursos Humanos, do Trabalho e das Organizações

Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa

silvia.lopes@campus.ul.pt

Resumo

A turbulência socioeconómica dos últimos anos da primeira década do Séc. XXI, reflexo dos excessos da financeirização e da ordem capitalista contemporânea, muitas vezes representada de modo icónico pela falência bancária do *Lehman Brothers* ou pela fraude financeira de *Bernard Madoff* nos EUA, bem como pelo agudizar da denominada crise das dívidas soberanas na Zona Euro (no âmbito da qual Portugal acabou por ser assistido financeiramente pela tríade formada pela UE/FMI/BCE) teve repercussões em diversos contextos nacionais e em particular ao nível do emprego em Portugal.

A evolução da população desempregada, dos laços contratuais e das qualificações da população empregada são alguns dos indicadores que permitem verificar as consequências humanas da turbulência socioeconómica em apreço e da decorrente reconfiguração do emprego, embora os impactos globais e de longo prazo na sociedade portuguesa permaneçam, para já, por explicar.

Esta comunicação explora alguns indicadores do mercado de emprego em Portugal (2005 – 2013), face aos quais combina uma série de dados preliminares da aplicação de um inquérito com uma amostra composta por mais de 4.000 inquiridos. Deste exercício, combinação entre indicadores do mercado de emprego e inquérito, resulta uma proposta de leitura onde se vislumbram indícios e evidências de uma reconfiguração da morfologia do emprego em Portugal no período 2005 – 2013 e que se inscrevem numa contemporaneidade pautada pelo curto prazo, pela ambivalência e/ou pelo paradoxo.

Abstract

The socio-economic turbulence of last years of the first decade of the XXI century, reflecting financialisation excesses from contemporary capitalist order, often represented in the iconic way by the Lehman Brothers bankruptcy or Bernard Madoff financial fraud in the U.S., as well the exacerbating of sovereign debt crisis in the Euro Zone -within Portugal was assisted financially by the triad formed by EU/IMF/ECB- had repercussions in different national contexts and particularly on employment in Portugal.

The evolution of the unemployed population, but also the contractual ties and qualifications of the employed population are some of the indicators that allow monitoring the human consequences of socio-economic turbulence and the resulting employment reconfiguration, although the overall and long-term impacts on Portuguese society remain to explain by now.

This paper explores some indicators of the employment market in Portugal (2005 - 2013), and combines them with a series of preliminary application data from a survey, with 4,000 surveyed, resulting from this combinatorial approach (indicators of employment/survey), a proposal through which we glimpse the signs and evidences of the reconfiguration of employment morphology in Portugal (2005 – 2013), which are part of short-term, ambivalence or paradox of contemporaneity.

Palavras-chave: emprego; trabalho, inquérito; socioeconómico; empregabilidade.

Keywords: employment; work; survey; socioeconomic; employability.

1. Introdução

No decorrer dos últimos anos viveram-se, em Portugal, uma série de processos socioeconómicos, que mantêm afinidades com a ordem capitalista contemporânea (Sennet, 2006; Luttwak, 2000; Plihon, 2003; Beck, 2002; Boltanski & Chiapello, 1999). Designadamente, a crise financeira de 2008, a denominada “crise das dívidas soberanas europeias” e as fragilidades da economia portuguesa, que se foram avolumando ao longo das últimas décadas (Amaral, 2010).

Movidos pelo intuito de compreender as consequências dos processos mencionados ao nível do emprego em Portugal, investigámos um período temporal compreendido entre os anos 2005 e 2013. Para tal, utilizámos um quadro teórico próprio da Sociologia Económica (Granovetter & Swedberg, 2001; Trigilia, 2002; Swedberg, 2003; Nee & Swedberg, 2005) e fizemos uso de um conjunto de dados estatísticos oficiais, a partir dos quais nos foi possível inferir a magnitude das transformações ocorridas, que não são alheias às tendências globais e à reformulação da trilogia geométrica, embora variável, constituída pelos parâmetros do trabalho, da economia e da sociedade (Sallaz, 2013).

Perante um contexto repleto de intuições sobre a transformação dos processos e das práticas laborais, a nossa investigação incide sobre a sistematização de um conjunto de indícios (sinais) e de evidências (provas), que nos permitem documentar e discutir o alcance das transformações ocorridas. A reconfiguração operada no domínio em análise está, no nosso entender, longe de terminada e é particularmente observável nas dinâmicas subjacentes à estruturação da população ativa portuguesa. A análise e a compreensão desta estruturação representa parte substancial do nosso exercício, conduzindo-nos às manifestações e implicações mais significativas da reconfiguração do emprego em Portugal (2005-2013).

2. Do contexto do emprego em geral à sua transformação em Portugal (2005-2013)

Há muito que (a) a generalização dos riscos (Beck, 2003); (b) a corrosão e a vigência do curto prazo (Sennet, 2000); (c) o excesso (Lipovetsky, 1989); e (d) a ambivalência e o paradoxo (Bauman, 1999; 1997), são apresentados como elementos caracterizadores da modernidade líquida (Bauman, 2001). Como tal, é expectável ter de contar com as repercussões destes elementos caracterizadores nos contextos laborais e de emprego, planos onde decorrem outros fenómenos, como a mercadorização do risco e do trabalho (Beck, 2002; Sallaz, 2013).

A denominada sociedade pós-industrial (Touraine, 1969) e as suas sucedâneas (Toffler, 2001 e 2003), como a sociedade do conhecimento, foram palco privilegiado para a emergência de novas geometrias laborais, com o trabalho a reforçar-se, sobretudo, como um fator de produção transacionável, alinhado com uma lógica de globalização planetária das atividades socioeconómicas, plena de situações concorrenciais cada vez mais ferozes e multidirecionais, mas que também se conjugam com a reformulação da atuação estatal e a crescente empresarialização da própria sociedade (Rodrigues, 2011).

Com a complexificação das organizações sob o efeito de sucessivas vagas de volatilidade, o surgimento de novas hierarquias, a submissão a contínuos processos de adequação/mudança, a afirmação da empresa flexível ou a utilização incessante de novas ferramentas de gestão (*downsizing*, *outsourcing*, *outplacement*, etc.), tornou-se evidente que o contexto do emprego passou a corresponder a um território movediço, em ajustamento permanente, por vezes periclitante, mas propício para a instalação de novas malhas laborais (Stone & Arthurs, 2013). De facto, atualmente, nada nem ninguém pode ignorar as implicações que têm vindo a ocorrer e as mutações permanentes dos contextos de emprego (Kovács 2002 e 2005).

Os diferentes entendimentos sobre o trabalho, o seu enquadramento e reformulação (fim do trabalho, direito ao trabalho, valor do trabalho, desmaterialização do trabalho, etc.), materializam o caudal da transformação em parada, sendo impensável não questionar quais os impactos socioeconómicos, mas também psicológicos, da instauração de novas modalidades de trabalho e da disseminação de empregos alternativos, tais como: o *part-time*, o teletrabalho, a subcontratação ou, a mais icónica das modalidades, o trabalho temporário.

Dizem-nos que o emprego para toda a vida deu lugar à possibilidade de ser empregável e tal retórica significa a prevalência de novas categorias e representações, como a empregabilidade, que se conjugam com

a reformulação dos próprios espaços tradicionais de trabalho. Hoje admite-se o regresso do trabalho a casa e, simultaneamente, a sua projeção em espaços diferentes, individuais ou colaborativos, físicos ou virtuais. As tendências são mais do que suficientes para que questionemos as transformações que estão a decorrer. Que conceções de relações laborais se estão a disseminar ou a impregnar? Certamente são fenómenos que se inscrevem na força dos “laços gulosos” (Sennet, 2000), na concentração de poder sem centralização, na afirmação do novo capitalismo (Plihon, 2003) ou na reconfiguração global das relações laborais (Kovács, 2002). Mas o que resulta exatamente destas reconfigurações que assolam o trabalho e o emprego. Que consequências? O que aconteceu ou está a acontecer no caso português? Em que moldes podemos falar de reconfiguração do emprego? Ocorreu ou não? Se sim, em que termos?

As transformações ocorridas no emprego em Portugal estão depositadas, em boa parte, no comportamento da população ativa, a partir da qual é possível alcançar parte substancial da realidade que se transformou. Porém, fica por esclarecer como se localizam tais transformações e o porquê da preferência pelo período eleito, ainda que a este propósito, a nossa opção metodológica seja clara: selecionar, organizar e analisar um conjunto de dados estatísticos disponíveis em fontes oficiais e credíveis (PORDATA e EUROSTAT), a partir dos quais emergem os indícios e as evidências da reconfiguração do emprego em Portugal (2005-2013).

A preferência pelo período 2005-2013 deve-se à capacidade deste englobar o momento prévio (2005- 2007) ao epílogo, que representa a crise financeira de 2008, permitindo assim observar uma fatia temporal mais extensa e dotada de maior significado, que se inicia em 2005 - antes do *crash*- e termina no final de 2013. De qualquer forma, e perante os presumíveis impactos globais e de longo prazo decorrentes da reconfiguração do emprego em Portugal, este exercício não reclama qualquer exaustividade para a análise desenvolvida, assumindo-se apenas como um contributo para a explanação de um dos processos socioeconómicos do Portugal contemporâneo.

3. Elementos da transformação do emprego em Portugal (2005-2013)

A abordagem efetuada às transformações ocorridas no emprego baseou-se na verificação do comportamento da população ativa e dos dois subconjuntos que a integram, ou seja, a população desempregadaⁱ e a população empregadaⁱⁱ (Esquema 1). Num primeiro momento, apreciámos o comportamento da população ativa (PA) de modo holístico, entendendo-a (PA) como o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão-de-obra disponível para a produção dos bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados). Numa fase posterior, procedemos à integração dos contributos do projeto TAWⁱⁱⁱ, assumindo-os como elementos/materiais complementares da investigação sobre a transformação do emprego em Portugal.



Esquema 1 – Relação entre população ativa, população desempregada e população empregada

3.1 Transformação da população ativa portuguesa

Sabendo que a evolução da população ativa na União Europeia 28 (UE 28) e na Zona Euro 18 (ZE 18) seguiu por uma trajetória de crescimento no período 2005-2012, a primeira dúvida que se colocava era saber como se havia comportado a população ativa portuguesa durante o mesmo período. De acordo com os dados recolhidos, apurou-se que Portugal teve uma trajetória oposta à tendência da UE 28 e da ZE 18. A população ativa portuguesa diminuiu (em 155.500 pessoas) entre 2005 e 2013, com esta a encolher 2,8% neste período (Quadro 1).

População ativa total, por grupos etários e por sexo											
Indivíduo - Milhares											
Ano	Total	Grupos etários						Sexo			
		<25	25-34	35-44	45-54	55-64	65+	Masculino		Feminino	
2005	5544,9	564,2	1484,9	1384,4	1150,7	637,3	323,3	2.963,5	53,45%	2.581,3	46,55%
2006	5587,3	544,4	1483,1	1409,0	1180,8	640,6	329,4	2.984,4	53,41%	2.602,9	46,59%
2007	5618,3	518,4	1475,9	1420,7	1199,0	670,5	333,8	2.986,0	53,15%	2.632,2	46,85%
2008	5624,9	507,5	1464,4	1423,1	1220,3	683,4	326,1	2.991,4	53,18%	2.633,4	46,82%
2009	5582,7	466,3	1444,5	1435,1	1230,9	686,1	319,7	2.948,9	52,82%	2.633,9	47,18%
2010	5580,7	426,8	1422,5	1454,1	1272,0	688,7	316,6	2.931,8	52,53%	2.648,9	47,47%
2011	5543,2	443,8	1389,8	1471,3	1264,3	691,4	282,6	2.940,5	53,05%	2.602,6	46,95%
2012	5494,8	427,3	1320,1	1483,4	1281,8	692,1	290,1	2.897,6	52,73%	2.597,2	47,27%
2013	5389,4	391,3	1248,5	1483,1	1291,7	708,0	266,7	2.824,2	52,40%	2.565,1	47,60%
Dif. 2013-2005	-155,5	-172,9	-236,4	98,7	141,0	70,7	-56,6	-139,3		-16,2	
Var. % 2013-2005	-2,8	-30,6	-15,9	7,1	12,3	11,1	-17,5	-4,70		-0,63	

Adaptado por Ricardo Fabricio Rodrigues de PORDATA em 27/03/2014 (grupos etários) e 04/04/2014 (sexo)

Quadro 1 – População ativa, por grupos etários e por sexo em Portugal (2005-2013)

Se num primeiro momento da análise somos levados a considerar a variação de 2,8% como sendo pouco expressiva, o mesmo não é possível sustentar quando submetemos a população ativa a um exercício de desagregação por grupos etários. Através desta abordagem é possível observar variações significativas no interior desta população. Na verdade, a redução de 2,8% no período em análise incorpora uma diminuição muito significativa nos grupos etários com 34 anos ou menos, donde desapareceram mais de 409.300 indivíduos, ou seja, um valor que representa cerca de 7,5% da população ativa de 2013. É ainda possível verificar como a subtração ocorrida nos grupos etários com 34 anos ou menos, foi compensada com o aumento de população ativa nos grupos etários com idades entre os 35 e os 64 anos, ainda que de modo diferenciado entre estes, com a maior compensação a ocorrer no grupo etário entre os 45 e os 54 anos, que cresceu em 141.100 indivíduos, ou seja, 12,3%.

Dito isto, torna-se evidente que a população ativa portuguesa rondou, em termos médios, cerca de 5,5 milhões de indivíduos no período entre 2005 e 2013 e que dependeu do crescimento dos grupos etários mais seniores para compensar a erosão ocorrida nos grupos etários sub-35 anos. Esta evidência parece-nos corresponder, desde logo, a um fenómeno importante e ainda em curso, que terá repercussões na estruturação futura da população empregada e do emprego em Portugal, sendo por essa razão um importante sinal a seguir por parte de quem se interessa pelas dinâmicas do emprego.

Em termos da distribuição por género foi-nos possível verificar que a variação global da população ativa (-2,8% no período 2005-2013), decorreu de oscilações diferenciadas entre géneros, embora negativas em ambos os casos: o género masculino teve uma redução de 4,70% e o género feminino de 0,63%. Face a uma

população ativa formada maioritariamente por homens, que variou no período em apreço entre 52,40% e 53,54%, fica apenas por esclarecer se esta distribuição por género da população ativa teve paralelo na distribuição da população empregada (PE) e da população desempregada (PD).

3.2 - Transformação da população desempregada portuguesa

Uma das primeiras leituras que se obtém da análise da população desempregada em Portugal é que esta duplicou no período 2005-2013 (+107,92%). Sendo possível diferenciar dois momentos diferentes na ocorrência deste processo: um primeiro momento entre 2005 e 2008 e um segundo momento entre 2009 e 2013. O crescimento da população desempregada (Quadro 2) foi largamente suportado pelo grupo etário 25-54 anos, que ao longo do período cresceu (+335.900 indivíduos), não deixando no entanto de ser significativo o aumento de 148,09% que ocorreu no grupo etário 55-64 anos.

População desempregada total, por grupos etários e por sexo								
Indivíduo - Milhares								
Ano	Total	Grupos etários			Sexo			
		<25	25-54	55-64	Masculino		Feminino	
2005	421,5	90,6	291,6	39,3	198,1	46,91%	224,1	53,07%
2006	427,6	88,5	298,5	40,6	194,8	45,54%	233,1	54,49%
2007	447,9	85,9	318,3	43,7	196,8	43,87%	251,8	56,13%
2008	426,6	83,5	298,0	45,1	194,3	45,49%	232,7	54,48%
2009	527,5	93,4	381,2	52,8	261,3	49,43%	267,4	50,59%
2010	600,8	95,4	444,3	61,0	287,3	47,68%	315,3	52,32%
2011	703,2	133,5	494,7	75	366	51,83%	340,1	48,17%
2012	855,3	161,0	605,4	88,9	453,9	52,77%	406,2	47,23%
2013	872,6	147,6	627,5	97,5	454,4	51,88%	421,5	48,12%
Dif. 2013-2005	451,1	57	335,9	58,2	256,3		197,4	
Var % 2013-2005	107,02%	62,91%	115,19%	148,09%	129,38%		88,09%	

Adaptado por Ricardo Fabricio Rodrigues de PORDATA em 01/04/2014

Quadro 2 – População desempregada, por grupos etários e por sexo em Portugal (2005-2013)

Outra leitura que decorre da observação da distribuição do desemprego por género é a “mutação de género”, isto é, a partir de 2010 os homens passam a ser em maior número e convergem para o peso que tinham na formação da população ativa (52,40% em 2013).

A evolução da população desempregada por nível de escolaridade completo (Quadro 3) mostra como a população com o nível básico de escolaridade (488.900 indivíduos) foi a que teve mais peso (55,82%) na formação da população desempregada em 2013; enquanto a população sem nenhuma escolaridade foi a que menos cresceu em termos unitários (12.800 indivíduos) no mesmo período. Contudo, este facto não é suficiente para que se desvalorizar a contribuição da população sem nenhuma escolaridade na formação do desemprego estrutural.

População desempregada total e por nível de escolaridade completo									
Indivíduo - Milhares									
Ano	Total	Nível de escolaridade							
		Nenhum		Básico		Secundário e pós secundário		Superior	
2005	422,3	14,5	3,43%	296,6	70,23%	64,8	15,34%	46,2	10,94%
2006	427,8	16,5	3,86%	291,0	68,02%	71,9	16,81%	48,4	11,31%
2007	448,6	14,6	3,25%	305,7	68,15%	69,1	15,40%	59,3	13,22%
2008	427,1	14,4	3,37%	287,4	67,29%	67,6	15,83%	57,6	13,49%
2009	528,6	15,8	2,99%	367,2	69,47%	90,6	17,14%	55,0	10,40%
2010	602,6	20,3	3,37%	403,5	66,96%	115,0	19,08%	63,8	10,59%
2011	706,1	24,6	3,48%	440,2	62,34%	149,4	21,16%	91,9	13,02%
2012	860,1	26,9	3,13%	496,5	57,73%	209,4	24,35%	127,4	14,81%
2013	875,9	27,3	3,12%	488,9	55,82%	217,3	24,81%	142,4	16,26%
Dif. 2013-2005	453,6	12,8		192,3		152,5		96,2	
Var. % 2013-2005	107,41%	88,28%		64,83%		235,34%		208,23%	

Adaptado por Ricardo Fabricio Rodrigues de PORDATA em 01/04/2014

Quadro 3 – População desempregada por nível de escolaridade completo em Portugal (2005-2013)

É ainda possível referir que a população desempregada com nível de escolaridade superior cresceu (+96.200 indivíduos), tendo-se mantido no intervalo compreendido entre os 10,40% e os 16,26% do desemprego total, com o seu peso nominal a aumentar desde 2010, registando assim um crescimento total de 208,23% no período (2005-2013). Deste modo, o peso dos indivíduos com nível de escolaridade “secundário e pós secundário” e “superior” na formação da população desempregada aumentou de 26,28% em 2005 para 41,07% em 2013.

3.3 - Transformação da população empregada portuguesa

Tal como já observámos na análise da população ativa, também a transformação da população empregada em Portugal seguiu por uma trajetória diferente das trajetórias registadas noutros contextos (Quadro 4), onde entre 2005 e 2012 ocorreram crescimentos no emprego.

Emprego total						
Anos - Milhões; Var. - Milhares						
ANO	UE 28	UE 27	UE 15	ZE 18	ZE 17	ZE 13
2005	208.567,1	207.055,6	166.374,8	136.512,8	135.510,8	132.231,9
2006	212.684,8	211.158,9	169.360,7	139.339,6	138.292,3	134.877,1
2007	216.546,9	214.979,4	172.219,7	142.066,6	140.991,6	137.486,9
2008	218.888,8	217.304,7	173.740,6	143.408,0	142.331,7	138.744,5
2009	215.006,9	213.458,5	170.553,1	140.622,3	139.671,5	136.208,9
2010	213.322,2	211.833,3	169.720,1	139.817,2	138.898,3	135.494,9
2011	213.674,5	212.236,4	170.245,5	140.096,5	139.256,0	135.811,8
2012	213.041,6	211.646,1	169.402,0	139.001,4	138.149,6	134.682,0
Var.	4.474,5	4.590,5	3.027,2	2.488,6	2.638,8	2.450,1
Var. %	2,15%	2,22%	1,82%	1,82%	1,95%	1,85%

Adaptado por Ricardo Fabricio Rodrigues de EUROSTAT em 04/04/2014

Quadro 4 – População empregada na UE e ZE (2005-2012)

A população empregada portuguesa em 2013 rondava os 4,5 milhões de indivíduos, ou seja, menos 609.100 indivíduos empregados face aos valores observados em 2005 (5,1 milhões de indivíduos). Porém, através da análise da distribuição do emprego por grupos etários (Quadro 5) é possível apurar que a diminuição da população empregada penalizou de modo diferenciado os vários grupos etários. Nos grupos etários mais jovens (15-24 e 25-44 anos) é possível contabilizar uma redução na ordem dos 595.500 indivíduos; já no grupo etário com 65 anos ou mais, é possível localizar uma perda de 18,35% (-59.200 indivíduos).

População empregada total e por grupos etários											
Indivíduo - Milhares											
Ano	Total	Grupos etários									
		15-24		25-44		45-54		55-64		65+	
2005	5122,6	473,6	9,25%	2648,0	51,69%	1080,4	21,09%	598,0	11,67%	322,6	6,30%
2006	5159,5	455,9	8,84%	2667,9	51,71%	1106,4	21,44%	600,0	11,63%	329,2	6,38%
2007	5169,7	432,5	8,37%	2657,3	51,40%	1120,0	21,66%	626,8	12,12%	333,1	6,44%
2008	5197,8	424,1	8,16%	2664,2	51,26%	1145,6	22,04%	638,4	12,28%	325,6	6,26%
2009	5054,1	372,8	7,38%	2599,9	51,44%	1129,4	22,35%	633,3	12,53%	318,6	6,30%
2010	4978,2	331,4	6,66%	2552,5	51,27%	1151,8	23,14%	627,6	12,61%	314,8	6,32%
2011	4837,0	310,3	6,42%	2505,1	51,79%	1125,5	23,27%	616,4	12,74%	279,7	5,78%
2012	4634,7	266,3	5,75%	2365,8	51,05%	1114,1	24,04%	603,2	13,01%	285,3	6,16%
2013	4513,5	243,7	5,40%	2282,0	50,56%	1113,8	24,68%	610,5	13,53%	263,4	5,84%
Dif. 2013-2005	-609,1	-229,9		-366		33,4		12,5		-59,2	
Var. % 2013-2015	-11,89%	-48,54%		-13,82%		3,09%		2,09%		-18,35%	

Adaptado por Ricardo Fabricio Rodrigues de PORDATA em 01/04/2014

Quadro 5 – População empregada por grupos etários em Portugal (2005-2013)

Assim, a diminuição de população empregada ocorrida entre 2005 e 2013 (-11,89%, ou seja, -609.100 indivíduos) fez-se à conta dos grupos etários mais jovens (15-24 e 25-44 anos), nos quais registamos a subtração de 595.500 indivíduos. Os únicos subconjuntos etários que ganharam população empregada entre 2005 e 2013 foram formados pelos indivíduos com idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos. Todos os outros grupos etários perderam população empregada.

Sabe-se também que o comportamento da população empregada em termos de distribuição por género penalizou mais os homens (-14,30%) do que as mulheres (-9,06%). Quanto à diminuição de 609.100 indivíduos na população empregada, esta traduz-se na existência (em 2013) de menos 395.500 indivíduos do sexo masculino e menos 213.600 indivíduos do sexo feminino. Em termos de distribuição no período (2005-2013), a população empregada masculina manteve-se no intervalo 52,72%-53,98% e população feminina no intervalo 45,93%-47,49%. Esta tendência de género está em linha com a distribuição da população ativa (género masculino 52,40%-53,45%) e da população desempregada, neste último caso, composta maioritariamente por homens desde 2011. Deste modo, em 2013 a distribuição por género da PA tinha paralelo na distribuição da PD e da PE (masculino 52,40%/51,88%/52,51% e

feminino 47,60%/48,12%/47,49%).

Quando analisamos o comportamento da população empregada por setor de atividade e regime do trabalho (Quadro 6), apuramos que o grau de concentração das perdas são coincidentes com perdas no setor secundário (-30,38%) e primário (-26,08%), tendo o setor terciário sido o único setor a denotar crescimento (+0,85%, ou seja, +25.000 indivíduos).

População empregada total, por setor de atividade económica e regime de duração do trabalho											
Indivíduo - Milhares											
Ano	Total	Setores de atividade económica						Regime de duração do trabalho			
		Primário		Secundário		Terciário		Tempo completo		Tempo parcial	
2005	5122,6	606,2	11,83%	1566,6	30,58%	2949,8	57,58%	4546,5	88,75%	576,1	11,25%
2006	5159,5	603,8	11,70%	1577,2	30,57%	2978,4	57,73%	4577,1	88,71%	582,4	11,29%
2007	5169,7	601,4	11,63%	1577,8	30,52%	2990,5	57,85%	4543,8	87,89%	625,9	12,11%
2008	5197,8	595,6	11,46%	1520,8	29,26%	3081,4	59,28%	4578,2	88,08%	619,6	11,92%
2009	5054,1	564,8	11,18%	1425,7	28,21%	3063,6	60,62%	4465,8	88,36%	588,3	11,64%
2010	4978,2	542,2	10,89%	1377,5	27,67%	3058,5	61,44%	4400,5	88,40%	577,7	11,60%
2011	4837,0	478,5	9,89%	1322,7	27,35%	3035,9	62,76%	4193,8	86,70%	643,3	13,30%
2012	4634,7	486,0	10,49%	1188,3	25,64%	2960,4	63,87%	3970,6	85,67%	664,1	14,33%
2013	4513,5	448,1	9,93%	1090,6	24,16%	2974,8	65,91%	3881,7	86,00%	631,7	14,00%
Dif. 2013-2005	-609,1	-158,1		-476		25		-664,8		55,6	
Var. % 2013-2005	-11,89%	-26,08%		-30,38%		0,85%		-14,62%		9,65%	

Adaptado por Ricardo Fabricio Rodrigues de PORDATA em 01/04/2014

Quadro 6 – População empregada por setor de atividade e regime de duração do Portugal (2005-2013)

Parece-nos ser exequível afirmar que o setor primário denota alguma estabilidade na formação da população empregada (variando sempre 9,89% e 11,83% da população empregada), enquanto o secundário sofre reduções sucessivas ano após ano (de 30,58% para 24,16%). Quanto ao setor terciário, que representava 57,58% da população empregada em 2005, em 2013 denotava um peso ainda maior: 65,91% da população empregada. Estas leituras não deixam de ser significativas, sobretudo, face aos moldes em que decorre(u) uma suposta aposta nacional na re-industrialização.

Sobre a leitura que se obtém da relação que se pode estabelecer entre a dinâmica da população empregada e o regime de duração do trabalho, torna-se perceptível que a redução da população empregada fez-se à conta do regime de duração do trabalho a tempo completo (-14,62%), dado que o crescimento de compensação apenas ocorreu nos tempos parciais. Como tal, também este padrão merece ser equacionado como uma nova evidência da reconfiguração do emprego em Portugal

População empregada total e por situação na profissão principal						
Indivíduo - Milhares						
Ano	Situação na profissão principal					
	Total	Trabalhador por conta própria			Trabalhador por conta de outrem	Outras situações
		Total	Empregador	Isolado		
2005	5122,6	1204,0	300,2	903,8	3813,8	104,8
2006	5159,5	1171,5	280,1	891,4	3898,1	89,9
2007	5169,7	1186,8	286,7	900,1	3902,2	80,7
2008	5197,8	1197,6	287,2	910,4	3949,7	50,5
2009	5054,1	1153,6	273,2	880,5	3855,7	44,7
2010	4978,2	1085,0	256,4	828,6	3844,9	48,2
2011	4837	992,4	248,4	744	3815,2	29,4
2012	4634,7	976,0	233,7	742,3	3628,4	30,3
2013	4513,5	943,1	234,6	708,6	3541	29,4
Dif. 2012-2005	-609,1	-260,9	-65,6	-195,2	-272,8	-75,4
Var. % 2012-2005	-11,89%	-21,67%	-21,85%	-21,60%	-7,15%	-71,95%

Adaptado por Ricardo Fabricio Rodrigues de PORDATA em 01/04/2014

Quadro 7 – População empregada por situação na profissão principal (2005-2013)

Em termos da situação profissional principal, perante a profissão principal (Quadro 7), foi possível validar que se tratam maioritariamente de “trabalhadores por conta de outrem” (74,45% em 2005 e 78,45% em 2013 da população empregada). Porém, a diminuição da população empregada afetou um número semelhante de trabalhadores por conta própria (-260.900 indivíduos) e de trabalhadores por conta de outrem (-272.800 indivíduos), apesar de na prática o fenómeno, em termos percentuais, ter sido mais severo para os trabalhadores por conta própria (-21,67% vs. -7,15% trabalhadores por contra de outrem). Os trabalhadores por conta própria que operavam de forma isolada foram particularmente visados (-195.200 indivíduos) no fenómeno de encolhimento da população empregada que ocorreu entre 2005 e 2013.

Relativamente à distribuição da população empregada por nível de escolaridade (Quadro 8), aproveitamos para voltar a convergir para a leitura que efetuámos para a distribuição da população desempregada por nível de escolaridade. O aumento de população empregada ocorreu apenas nos níveis de escolaridade 3º ciclo (7,13%), secundário/pós-secundário (40,99%) e superior (39,66%). Em todos os outros níveis, incluindo entre os indivíduos sem qualquer nível de escolaridade, esta taxa diminuiu consideravelmente (2º ciclo: -36,39%; 1º ciclo: -47,34%; sem escolaridade: -58,36%). Apenas a população empregada com escolaridade igual ou superior ao 3º ciclo cresceu no período (+640.100), as restantes diminuíram em 1.240.200 indivíduos, o que evidencia a ocorrência de uma reconfiguração do emprego em função da escolaridade.

População empregada: total e por nível de escolaridade completo							
Indivíduo - Milhares							
Ano	Total	Nível de escolaridade					
		Sem nível de escolaridade	Básico - 1º ciclo	Básico - 2º ciclo	Básico - 3º ciclo	Secundário e pós-secundário	Superior
2005	5122,6	300,9	1508,8	987,7	897,4	740,9	686,9
2006	5159,5	278,3	1464,9	997,1	927,8	777,3	714,1
2007	5169,7	273,3	1430,2	1010,9	945,7	776,6	733,0
2008	5197,8	253,4	1379,6	959,7	1036,7	791,8	776,6
2009	5054,1	215,6	1260,9	876,0	1053,0	848,8	799,7
2010	4978,2	199,5	1179,6	836,4	1028,5	904,4	829,8
2011	4837,0	182,6	974,2	740	1059,9	970,7	909,7
2012	4634,7	153,3	891,8	679,8	986,6	980,3	942,9
2013	4513,5	125,3	794,6	628,3	961,4	1044,6	959,3
Dif. 2013-2005	-609,1	-175,6	-714,2	-359,4	64	303,7	272,4
Var. % 2013-2005	-11,89%	-58,36%	-47,34%	-36,39%	7,13%	40,99%	39,66%

Adaptado por Ricardo Fabricio Rodrigues de PORDATA em 01/04/2014

Quadro 8 – População empregada por nível de escolaridade completo (2005-2013)

Efetivamente, os dois subconjuntos da população empregada que mais cresceram, em termos de escolaridade, foram aqueles que apresentavam maiores níveis de escolaridade. O subconjunto da população empregada que mais diminuiu, em termos de escolaridade, foi o que detinha o nível de escolaridade básico 1º ciclo (-714.200). Assim, apesar do aumento registado no peso da população com nível de escolaridade “secundário e pós-secundário” e “superior” na formação da população desempregada no período 2005-2013 (de 26,28% em 2005, para 41,07% em 2013), o crescimento da população empregada para os mesmos níveis de escolaridade são, em nosso entender, um forte indício da existência de um “prémio de emprego” por escolaridade.

Se as análises e as leituras empreendidas até ao momento, centradas no comportamento da população ativa, da população desempregada e da população empregada, têm permitido inferir e apresentar indícios e evidências das transformações do emprego em Portugal (2005-2013), tais leituras poderão ficar ainda mais robustas com a análise do comportamento de outros fenómenos, observáveis nos subtemas da população empregada, nomeadamente, a duração média semanal do trabalho (por situação na profissão e por setor de atividade económica), os instrumentos de regulamentação coletiva, as greves, a remuneração, e por último, as novas modalidades de trabalho, sendo que estas últimas reforçam a tese da metamorfose do emprego em Portugal, uma vez que se inscrevem teoricamente numa contemporaneidade, pautada pelas relações de curto prazo, pela ambivalência ou pelo paradoxo, mas também pelo risco e pela mercadorização do trabalho.

Uma das leituras paradoxais que se obtém dos dados é a que resulta da observação da diminuição da duração média semanal do trabalho (Quadro 9), que em termos globais (2005-2013) sofreu um decréscimo de 3,06%, ou seja, -1,1 hora/semana. Perante o aumento do desemprego, *a priori*, aguardaríamos o aumento da duração média semanal do trabalho, mas na verdade os dados não suportam tal suposição.

Duração média semanal do trabalho efetivo da população empregada por situação na profissão				
Ano	Hora - Média			
	Total	Situação na profissão		
	Total	Trabalhador por conta de outrem	Trabalhador por conta própria como isolado	Trabalhador por conta própria como empregador
2005	36,0	35,7	34,8	45,4
2006	35,9	35,7	34,4	44,9
2007	35,4	35,2	33,6	44,7
2008	35,4	35,1	33,8	44,8
2009	35,3	35,1	33,2	44,7
2010	35,4	35,5	32,5	44,1
2011	34,9	35	31	46,1
2012	34,7	34,7	31,0	46,0
2013	34,9	34,9	31,4	44,7
Dif. 2013-2005	-1,1	-0,8	-3,4	-0,7
Var. % 2013-2005	-3,06%	-2,24%	-9,77%	-1,54%

Adaptado por Ricardo Fabricio Rodrigues de PORDATA em 02/04/2014

Quadro 9 – Duração média semanal do trabalho efetivo da população empregada por situação na profissão (2005-2013)

É possível verificar que as reduções da duração média semanal foram comuns aos trabalhadores por conta de outrem (-2,24%; -0,8 horas), aos trabalhadores por conta própria como isolado (-9,77%; -3,4 horas) e aos trabalhadores por conta própria como empregador (-1,54%; -0,7 horas), embora com diferentes proporções, na medida em que os trabalhadores por conta própria como isolado formam o subconjunto que evidenciou uma maior redução média.

Quando o nosso foco de análise incide na duração média semanal do trabalho por conta de outrem por setor de atividade económica (Quadro 10), torna-se observável que a diminuição de 2,24% (-0,8 hora) na duração média semanal do trabalho efetivo dos trabalhadores por conta de outrem (2005-2013) decorreu de diferentes tendências setoriais. A diminuição é verificável em todos os setores de atividade económica, com exceção nos “bancos e seguros” (+6,00%; +2,1 horas) e na “Ad. Pública, Educação e Saúde” (+1,22%; +0,4 horas), os únicos setores que registam aumentos de carga horária.

Duração média semanal do trabalho efetivo dos trabalhadores por conta de outrem por setor de atividade económica						
Ano	Hora - Média					
	Total	Setores de atividade económica				
		Agricultura e Pesca	Indústria	Comércio	Bancos e seguros	Administração pública, Educação e Saúde
2005	35,7	36,8	36,6	37,8	35,0	32,7
2006	35,7	36,8	36,8	37,5	34,9	32,5
2007	35,2	35,4	35,9	37,2	35,2	32,2
2008	35,1	36,1	36,2	36,7	34,9	32,1
2009	35,1	34,5	35,9	36,9	35,7	32,5
2010	35,5	36,0	36,3	37,0	35,6	33,0
2011	35	36,4	36,5	36	37	32,2
2012	34,7	34,7	36,1	36,2	37,3	32,6
2013	34,9	35,9	36,2	36,5	37,1	33,1
Dif. 2013-2005	-0,8	-0,9	-0,4	-1,3	2,1	0,4
Var. % 2013-2005	-2,24%	-2,45%	-1,09%	-3,44%	6,00%	1,22%

Adaptado por Ricardo Fabricio Rodrigues de PORDATA em 02/04/2014

Quadro 10 – Duração média semanal do trabalho efetivo dos trabalhadores por conta de outrem por setor de atividade económica (2005-2013)

Em 2013 a duração média semanal do trabalho efetivo dos trabalhadores por conta de outrem era de 34,9 horas, mas no fim do período (2005-2013) a duração média semanal mais baixa do trabalho efetivo dos trabalhadores por conta de outrem era na administração pública, educação e saúde (33,1 horas). No fim do mesmo período, a duração média semanal mais alta do trabalho efetivo dos trabalhadores por conta de outrem era nos “bancos e seguros” (37,1 horas). Portanto, o paradoxo que resulta da diminuição da duração média semanal num contexto de diminuição do emprego, não ocorreu do mesmo modo em todos os setores da atividade económica.

Instrumentos de regulamentação coletiva, número de greves, trabalhadores abrangidos e dias de trabalho perdidos						
Ano	Convenções coletivas publicadas	Trabalhadores abrangidos por convenções coletivas: setor privado (un: 1.000)	Cobertura da população empregada por convenção coletiva (%)	Greves	Trabalhadores abrangidos	Dias de trabalho perdidos
2005	252	1.125,0	21,96%	126	22	27
2006	244	1.454,3	28,19%	155	34	44
2007	251	1.521,2	29,43%	99	29	30
2008	296	1.894,8	36,45%	x	x	x
2009	251	1.397,2	27,64%	x	x	x
2010	230	1.407,0	28,26%	123	71	72
2011	170	1.236,9	25,57%	88	58	61
2012	85	327,6	7,07%	127	36	113
2013	94	242,2	5,37%	x	x	x
Var. 2013-2005	-158	-882,8	-	1*	14*	86*
Var. % 2013-2005	-62,70%	-78,47%	-	0,79%*	63,64%*	318,52%*

Adaptado por Ricardo Fabricio Rodrigues de Relatório Anual da Contratação Coletiva 2013 e de PORDATA em 02/04/2014
X Dados indisponíveis à data da recolha | * Dados válidos para o período 2012-2005

Quadro 11 – Instrumentos de regulamentação coletiva, número de greves, trabalhadores abrangidos e dias de trabalho perdidos (2005-2013)

Em matéria de regulamentação coletiva, número de greves, número de trabalhadores abrangidos pelas greves e dias de trabalho perdido pelas greves no período 2005-2013 (Quadro 11), foi possível detetar várias transformações. O Código do Trabalho “forçou” a revisão dos Contratos Coletivos de Trabalho (CCT) ao permitir a caducidade dos que não fossem objeto de revisão; e como tal, no período (2005-2013) ocorreu uma redução significativa das convenções coletivas e do número de trabalhadores abrangidos. Em 2005 as convenções coletivas cobriam 21,96% da população empregada (do setor privado), mas em 2013 o grau de cobertura era de 5,37%. A UGT refere-se a esta evolução como uma “mudança de paradigma: o acordo de empresa continuou a ultrapassar em número absoluto o contrato coletivo setorial”.

A falta de dados para 2013 impossibilita-nos uma leitura mais completa das greves (não existem dados mais recentes na fonte de dados consultada), mas ensaiando uma análise combinada dos extremos do período em consideração, existem indícios que admitem a seguinte leitura: enquanto as 281 greves ocorridas em 2005 e 2006 abrangeram 56.000 trabalhadores e resultaram em 71.000 dias de trabalho perdidos, as 215 greves de 2011 e 2012 (-23%) abrangeram 94.000 trabalhadores (+67,8%) e resultaram em mais dias de trabalho perdidos (174.000 dias; +145%).

No âmbito da nossa análise, o tratamento das remunerações constitui o domínio que nos suscita mais precauções, embora tenhamos, com as devidas reservas, ensaiado algumas leituras, tendo em vista compreender as transformações ocorridas no domínio remuneratório.

Entre 2005 e 2013 o salário mínimo nacional (SMN) mensal cresceu 29,44% (+110,30€), evolução que representa um crescimento médio do SMN de 12,26€/ano, ou seja, um aumento médio do SMN de 2,53%/ano (Quadro 12). No entanto, a análise da evolução do SMN carece que tenhamos também em consideração o efeito da inflação. Durante o período em referência, o aumento médio da inflação foi de 1,96%/ano, logo, entre 2005 e 2013, o aumento real do salário mínimo (crescimento % anual médio do SMN - aumento % anual médio da inflação) foi na verdade de 0,57%/ano.

Salário mínimo nacional vs Taxa de inflação		
Ano	Euro	Taxa de variação - %
	Salário mínimo geral (mensal)	Taxa de Inflação (anual)
2005	374,7	2,28
2006	385,9	3,11
2007	403,0	2,45
2008	426,0	2,59
2009	450,0	-0,83
2010	475,0	1,40
2011	485,0	3,65
2012	485,0	2,77
2013	485,0	0,27
Dif. 2013-2005	110,3	
Var. % 2013-2005	29,44%	
Crescimento anual médio p	12,26	
Crescimento % anual médio p	2,53%	1,96%

Adaptado por Ricardo Fabricio Rodrigues de PORDATA em 02/04/2014

Quadro 12 – Salário mínimo nacional e taxa de inflação

Quando se observa a evolução das remunerações base e dos ganhos médios dos trabalhadores por conta de outrem (2005-2011), é possível verificar um aumento de 18,36% na remuneração base média e de 19,47% no ganho médio durante o período 2005-2011 (Quadro 13). Todavia, é necessário ter em atenção a limitação dos dados utilizados e que decorre da inexistência de dados mais recentes na fonte de dados consultada.

Salário médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: remuneração base e ganho		
Ano	Euro - Média	
	Remuneração base média	Ganho médio
2005	764,7	907,2
2006	786,6	934,0
2007	806,1	963,3
2008	843,2	1008,0
2009	867,5	1034,2
2010	899	1075,3
2011	905,1	1083,8
Dif. 2011-2005	140,4	176,6
Var. % 2011-2005	18,36%	19,47%
Adaptado por Ricardo Fabricio Rodrigues de PORDATA em 02/12/2013		

Quadro 13 – Salário médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: remuneração base e ganho

Ainda assim, para o período 2005-2011, a taxa de inflação média foi de 2,09%, logo, o aumento real da remuneração base média foi de 0,53%/ano e de 0,63%/ano no caso do ganho médio. Em suma, entre 2005 e 2011 o aumento real do salário mínimo foi de 1,51%/ano, o aumento real da remuneração base média foi de 0,53%/ano e o aumento do ganho médio/ano foi de 0,63%.

3.4 Transformação da população empregada portuguesa e as novas modalidades de trabalho: contributos preliminares do Projeto TAW

O Projeto TAW investiga uma modalidade particular do trabalho em Portugal: o trabalho temporário de agência e tem como objetivo conhecer as motivações destes trabalhadores (TAW - *Temporary Agency Workers*). Para tal, procura acompanhá-los longitudinalmente ao longo dos seus percursos profissionais, prestando particular atenção (a) aos moldes das relações laborais estabelecidas entre estes e as entidades que os acolhem (agência de trabalho temporário e empresa cliente) e (b) às consequências da utilização prolongada do trabalho temporário^{iv} (entre outros aspetos).

Com base no material disponível, resultante de uma amostra com uma dimensão superior a 4.200 inquiridos (mulheres 55,8%; homens 44,1%), é-nos possível apresentar alguns dados preliminares, que associamos ao lote dos indícios e das evidências disponíveis sobre a reconfiguração de emprego em Portugal. Com estes dados, examinámos: as tendências do trabalho temporário, como modalidade de trabalho em Portugal; a distribuição de género que lhe está subjacente; e as principais razões apontadas pelos indivíduos para justificar a condição de trabalhadores temporários (UE/ZE/Portugal).

Os dados disponíveis, a um outro nível, possibilitam ainda abordar: a modalidade do trabalho temporário em termos de escolaridade, de grupos etários, de tempo em situação de trabalho temporário e ao serviço da empresa cliente (utilizadora deste modelo de contratação), mas também identificar o emprego/situação anterior, o tempo de trabalho semanal como trabalhador temporário, as funções exercidas ao abrigo desta

modalidade e os principais setores económicos de acolhimento.

Mesmo sabendo dos cuidados que a definição de “trabalho temporário”^v carece, sobretudo se for manuseada no âmbito de um exercício comparativo (UE/ZE/Portugal), restam-nos poucas dúvidas que o número de trabalhadores temporários em Portugal (entre 2005 e 2013) traduz, fundamentalmente, a consolidação desta modalidade de trabalho. Conforme é possível verificar (Quadro 14), o número de trabalhadores temporários na UE e na ZE teve variações positivas muito ligeiras (UE 28 e UE 27) ou negativas (UE 15 e ZE 18, 17 e 13) no período considerado. Contudo, em Portugal a variação foi mais expressiva (2,22%), sendo possível extrair outras ilações a este propósito.

Trabalhadores temporários							
ANO	UE 28	UE 27	UE 15	ZE 18	ZE 17	ZE 13	Portugal
2005T4	24.779,6	24.638,0	20.549,5	18.734,3	18.650,4	18.500,5	741,6
2006T4	26.321,5	26.145,0	21.777,6	19.818,1	19.760,9	19.602,8	822,1
2007T4	26.626,5	26.463,2	21.910,7	19.943,1	19.912,2	19.753,0	889,9
2008T4	25.555,4	25.415,0	20.945,9	19.145,6	19.112,5	18.946,6	875,6
2009T4	24.555,4	24.418,4	20.013,3	18.199,1	18.155,9	18.007,0	861,4
2010T4	25.122,9	24.983,7	20.451,8	18.538,4	18.477,1	18.288,3	856,1
2011T4	25.247,5	25.105,3	20.649,7	18.719,5	18.678,3	18.464,6	788,1
2012T4	24.313,7	24.184,9	19.693,5	17.676,2	17.639,3	17.431,1	712,5
2013T4	24.828,0	24.666,7	19.927,4	17.855,1	17.827,3	17.605,9	758,1
Var	48,4	28,7	-622,1	-879,2	-823,1	-894,6	16,5
Var %	0,20%	0,12%	-3,03%	-4,69%	-4,41%	-4,84%	2,22%

Adaptado por Ricardo Fabricio Rodrigues de EUROSTAT em 04/04/201

Quadro 14 – Trabalhadores temporários na UE, na ZE e em Portugal (2005-2013)

Na verdade, a diminuição que ocorreu na população empregada (2005-2013) não diminuiu o peso percentual do trabalho temporário na formação do emprego total, com esta modalidade a representar a relação contratual de 16,8% da população empregada no 4T de 2013 (vs. 16,8% em 2008 e 14,5% em 2005). Como corolário deste comportamento, deparamo-nos com mais uma evidência imputável à reconfiguração ocorrida: enquanto a população empregada diminuiu entre 2005 e 2013 (-609.100), os trabalhadores temporários aumentaram no mesmo período (+16.500).

No que concerne à distribuição absoluta dos trabalhadores temporários em termos de género, segundo o Eurostat, existe uma situação de paridade (homens 49,5%, mulheres 50,5%), embora os dados da amostra do Projeto TAW revelem uma distribuição de género dos trabalhadores temporários em que as mulheres representam 55,8% e homens 44,1% da amostra. Todavia, mesmo com esta variação, o trabalho temporário não parece representar uma questão de género.

Sobre as principais razões para ser trabalhador temporário, os dados europeus (UE e ZE) indiciam que não conseguir trabalho permanente é a razão maioritária (Quadro 15), mas este indício torna-se uma evidência preponderante no caso português. A principal razão para ser trabalhador temporário em Portugal (80,6% - 87,2%) é não conseguir trabalho permanente, num contexto de contração do emprego. Refira-se ainda que Portugal apresenta, historicamente (2005-2012), valores baixos para as restantes razões justificativas para alguém querer ser trabalhador temporário, como é o caso dos motivos “não querer trabalho permanente”, estar “em formação/educação” ou em “período probatório”.

Principal razão para ser trabalhador temporário												
ANO	Não conseguir trabalho permanente			Não querer trabalho permanente			Em Formação/Educação			Período probatório		
	UE (28)	Zona Euro (18)	Portugal	UE (28)	Zona Euro (18)	Portugal	UE (28)	Zona Euro (18)	Portugal	UE (28)	Zona Euro (18)	Portugal
2005	52,9	49,2	85,4	13,5	11,6	.	23,9	29,3	7,1	9,7	9,9	7,5
2006	61,4	59,9	80,6	12,3	10,7	4,3	18,2	21,4	6,1	8,1	8,1	8,9
2007	60,2	58,8	81,7	12,5	11,0	4,2	18,4	21,7	6,4	8,8	8,6	7,6
2008	59,6	58,4	81,9	12,6	10,9	4,7	18,5	21,5	5,3	9,2	9,2	8,1
2009	60,3	58,1	82,4	12,0	10,2	5,0	19,3	23,0	4,8	8,3	8,7	7,8
2010	61,6	59,1	84,2	11,2	9,8	4,1	18,3	21,6	4,8	8,9	9,5	7,0

Quadro 15 – Principal razão para ser trabalhador temporário UE/ZE/Portugal (2005-2012)

De acordo com dados da amostra do Projeto TAW (Quadro 16), 49,8% dos inquiridos referiu que se encontrava desempregado antes de ser trabalhador temporário e 12,6% procurava o primeiro emprego. Portanto, somos levados a concluir que estamos perante uma modalidade de trabalho que tem sobretudo um valor instrumental de fuga à situação de desemprego.

Emprego/situação anterior à situação de trabalhador temporário			
Frequência		%	% Acumulada
Primeiro emprego	510	12,6	12,6
Desempregado	2012	49,8	62,4
Trabalhava para outra agência de TT	552	13,7	76,1
Trabalhava numa empresa com trato direto	698	17,3	93,4
Trabalhava por conta própria	266	6,6	100
Outra situação	1	0	-
Total 1	4039	100	-
Ausente sistema	188	-	-
Total 2	4227	-	-

Fonte: Projeto TAW

Quadro 16 – Emprego/situação anterior à situação de trabalhador temporário

Os níveis de escolaridade dos trabalhadores temporários na UE e em Portugal, de acordo com os dados do Eurostat, apontam para um padrão de escolaridade que obedecia à seguinte distribuição em 2012: 25,7% dos trabalhadores temporários (TT) portugueses eram detentores do primeiro e segundo nível de educação terciária (níveis 5-6) e 26,1% dos TT da UE 28 detinham idêntico nível de educação. Portanto, neste domínio, Portugal apresenta uma elevada coincidência face aos dados da UE 28. As maiores divergências situavam-se ao nível da educação secundária e pós-secundária não terciária (níveis 3-4), que no caso português remetia para um valor na ordem dos 26% (45,8% no caso da UE 28) e ao nível da educação pré-primária e secundária inferior (níveis 0-2) em que o país detinha um valor de 48,35%, enquanto a UE 28 apresentava um valor inferior a 27,7%.

Trabalhadores temporários Portugal					
Amostra TAW 2013	Escolaridade				
	Até ao 9º ano	Secundário	Frequência universitária	Licenciatura	> Licenciatura
%	9,10%	23,80%	29,10%	18,70%	19,30%
% Acumulada	9,10%	32,90%	62,00%	80,70%	100,00%

Adaptado por Ricardo Fabricio Rodrigues de Projeto TAW em 05/04/2014

Quadro 17 – Escolaridade dos trabalhadores temporários (Projeto Taw)

Os valores decorrentes da amostra do Projeto TAW (Quadro 17) levam-nos a concluir que 62,0% dos inquiridos tinham “experiência universitária”, entre estes 18,7% detinham uma licenciatura, 19,3% mais do que uma licenciatura, ou seja, 38% tinha uma licenciatura ou mais do que uma licenciatura e apenas 9,1% não tinham mais do que o 9º ano de escolaridade. Deste modo, os resultados obtidos traduzem a existência de níveis de escolarização elevados entre os trabalhadores temporários em Portugal, que não são passíveis de sustentar uma ideia, estereotipada, segundo a qual, a modalidade de trabalho temporário “alimenta-se” de baixos níveis de escolaridade ou de grupos etários mais seniores (Quadro 18).

Trabalhadores temporários Portugal				
ANO	Grupos etários			
	15-24	25-49	50-74	Total
2005*	27,19%	64,52%	8,30%	100,00%
2006*	26,40%	64,23%	9,37%	100,00%
2007*	24,37%	65,92%	9,70%	100,00%
2008*	24,10%	66,78%	9,11%	100,00%
2009*	22,30%	67,66%	10,04%	100,00%
2010*	19,85%	69,76%	10,38%	100,00%
2011*	19,84%	69,08%	11,08%	100,00%
2012*	18,65%	69,27%	12,07%	100,00%
Amostra TAW 2013	24,20%	72,80%	3,00%	100,00%

Adaptado por Ricardo Fabricio Rodrigues de Eurostat* e Projeto TAW em 05/04/2014

Quadro 18 – Grupos etários dos trabalhadores temporários

Trabalhadores temporários Portugal					
Amostra TAW 2013	Grupos etários				
	29 ou menos	30-39	40-49	50 ou mais	Total
	53,50%	32,70%	10,80%	3,00%	100,00%

Adaptado por Ricardo Fabricio Rodrigues de Projeto TAW em 05/04/2014

Quadro 19 – Grupos etários dos trabalhadores temporários do Projeto TAW

É ainda possível verificar (Quadro 19) que mais de metade dos inquiridos da amostra tem 29 anos ou menos e, em termos acumulados, 86,2% dos inquiridos tem 39 anos ou menos. Apenas 13,8% tem 40 anos ou mais. Portanto, somos levados a concluir que estamos perante uma modalidade de trabalho pouco direcionada para faixas etárias mais avançadas, leitura congruente com o valor instrumental de fuga à situação de desemprego que o trabalho temporário assume junto de indivíduos bem escolarizados e alocáveis aos grupos etários sub-40 anos.

Os resultados do Projeto TAW permitem-nos ainda abordar os tempos de trabalho em regime de trabalho temporário, o tempo de permanência no cliente de trabalho temporário, mas também a tipologia dos horários, as funções exercidas e os setores onde a modalidade de trabalho temporário é exercida em Portugal.

No que concerne ao tempo em regime de TT apurou-se, com base na amostra do Projeto TAW, que 20,7%

dos inquiridos se encontravam há 3 meses ou menos em situação de trabalho temporário, 38,9% há menos de 6 meses, 62,4% há menos de 1 ano e 37,5% há mais de 1 ano. Estes dados levam-nos a admitir que a modalidade de trabalho temporário poderá ser uma modalidade pouco duradoura, embora a mudança sucessiva de entidades utilizadoras possa encapotar esta proposta de leitura. Esta hipótese, no entanto, parece encontrar correspondência nos dados obtidos para o tempo de permanência numa mesma empresa cliente, visto que os inquiridos expressaram tempos que podem ser sistematizados do seguinte modo: 20,2% manifestou um tempo de permanência no cliente inferior a 3 meses, 37,5% menos de 6 meses, 60,3% menos de 13 meses e 39,7% um tempo de permanência superior a 13 meses.

Refira-se ainda que apesar de temporária, esta modalidade de trabalho, é largamente exercida (77,8%) em regime de horário completo, com cargas situadas entre as 35 e as 40 horas semanais, sendo de salientar que apenas 3,7% dos inquiridos referiu deter tempos de trabalho parciais inferiores a 23 horas semanais. No que se refere às funções exercidas, 63% estão relacionadas com os serviços (33,9% são operadores de Call Center), 15,3% relacionam-se com a indústria e 13,8% com a esfera administrativa. Os setores de atividade económica mais frequentes para ser trabalhador temporário são os serviços (34,7% unidades de Call Center), a indústria (25,8%) e o comércio (16,2%).

4. Dos indícios e das evidências às implicações sociológicas, psicológicas e económicas da reconfiguração do emprego em Portugal (2005-2013)

Os indícios e as evidências da reconfiguração do emprego são irrefutáveis e mostram-nos transformações alinhadas com processos sociais globais, tratados frequentemente na literatura sociológica, como sendo, processos próprios da modernidade líquida, nos quais predominam e se (re)produzem relações socioeconómicas de curto prazo, plenas de ambivalências e de paradoxos.

O encolhimento do emprego e a mudança da sua estrutura etária, com a penalização dos grupos etários mais novos e a quebra do emprego entre os mais seniores, são algumas das marcas da reconfiguração do emprego, mas não inviabilizam a existência de outras marcas, como as alterações verificadas na distribuição setorial do emprego, com perdas localizadas nos setores secundário e primário ou, então, o paradoxal ganho de emprego no setor terciário, que aumentou (e assim) expôs como a ambivalência pode mesmo envolver, sem aparente celeuma, uma pretensa re-industrialização económica.

Na verdade, e em sintonia com os traços da contemporaneidade, os elementos da reconfiguração do emprego mostram também (a) perdas de população empregada concentradas nos trabalhos a tempo completo; (b) ganhos de população empregada concentrados nos trabalhos a tempo parcial; (c) aumento do subemprego; e (d) trabalhadores por conta própria (em geral) como subgrupo de risco, afetado copiosamente pela perda de emprego, do mesmo modo que o emprego em microestruturas unipessoais foi altamente penalizado.

Paralelamente a estas dinâmicas, assistiu-se à consolidação da modalidade de trabalho temporário, recorde-se, num período em que a população empregada encolheu, sendo esta evidência, porventura, a expressão emblemática de um novo valor instrumental associado à procura de emprego, sobretudo, para os que se viram privados dos empregos permanentes.

A transformação do emprego em função do nível de escolaridade, por seu turno, mostra como o aumento da população empregada foi sectorial: ocorreu apenas nos níveis de escolaridade mais elevados, ficando por revelar a intensidade da correlação entre desemprego estrutural e o nível de escolaridade, mas assegurando a dissipação de dúvidas quanto à existência de um prémio de emprego, variável, em função do nível de escolaridade. Tenhamos ainda em consideração, e a propósito da escolaridade, os resultados do Projeto TAW: mais de dois terços dos trabalhadores temporários tem experiência universitária e muitos deles detêm uma licenciatura (ou mais do que uma licenciatura).

Além do que já foi referido, até nos tempos de trabalho encontramos a incontornável reconfiguração do

emprego, recheada de ambivalências, bem patenteadas, por exemplo, na duração média semanal do trabalho efetivo, que diminuiu em pleno contexto recessivo, mas que simultaneamente incorporou manifestações diferenciáveis, com os trabalhadores por conta de outrem e os trabalhadores por conta própria isolados a reduziram as suas durações médias semanais de trabalho, embora os trabalhadores por conta própria, como empregadores, continuassem a trabalhar acima das 44 horas/semanais.

A reconfiguração foi vasta e até desfigurou a regulamentação coletiva, que se deparou com a redução significativa do número de convenções coletivas e de trabalhadores abrangidos. Os conflitos laborais aumentaram, a contestação encontrou condições para se amplificar, com o somatório dos conflitos e das contestações a matematizarem-se através do aumento do número de dias de trabalho perdidos.

Efetivamente, a reconfiguração do emprego em Portugal (2005-2013) possui um valor polissémico, que integra consequências humanas. Assemelha-se, na verdade, a uma avalanche fenomenológica, com consequências sociológicas, psicológicas e económicas, mas é uma turbulência (ainda) em movimento.

Referências bibliográficas

- Amaral, Luciano (2010). *Economia portuguesa. As Últimas Décadas*. Lisboa: FFMS.
- Bauman, Zygmunt (1997). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- Bauman, Zygmunt (1999). *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- Bauman, Zygmunt (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- Beck, Ulrich (2002). *Liberdade ou capitalismo*. São Paulo: Editora UNESP.
- Beck, Ulrich (2003). *La société du risque*. Paris: Champs Flammarion.
- Boltanski, Luc & Chiapello, Ève (1999). *Le nouvel esprit du Capitalisme*. Paris : Gallimard.
- Granovetter, Mark & Swedberg, Richard (2001). *The Sociology of Economic Life*. Cambridge – Oxford: Westview.
- Kovács, Ilona (2002). *As metamorfoses do emprego*. Oeiras: Celta.
- Kovács, Ilona (2005). *Flexibilidade de emprego. Riscos e oportunidades*. Oeiras: Celta.
- Lipovetsky, Gilles (1989). *A era do vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Luttwak, Edward (2000). *Turbocapitalismo*. Lisboa: Temas e Debates.
- Nee, Victor & Swedberg, Richard (2005). *The Economic Sociology of Capitalism*. New Jersey: Princeton University Press.
- Plihon, Dominique (2003). *O Novo Capitalismo*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- Rodrigues, Ricardo Fabrício (2011). A empresarialização da sociedade sob a influência da racionalidade da gestão. *In Sociologia*. Vol. XXI (pp.233-256). Porto: FLUP
- Sallaz, Jeffrey (2013). *Labor, Economy and Society*. Cambridge – Malten: Polity.
- Sennet, Richard (2000). *A corrosão do carácter. As consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar.
- Sennet, Richard (2006). *The culture of the New Capitalism*. New Haven & London: Yale University Press.
- Stone, Katherine & Arthurs, Harry (2013). *Rethink workplace regulation. Beyond the standard contract of employment*. New York: Russel Sage Foundation.
- Swedberg, Richard (2003). *Principles of Economic Sociology*. New Jersey – Oxford: Princeton University Press.
- Toffler, Alvin (2001 [1970]). *Choque do futuro*. Lisboa: Livros do Brasil.

Toffler, Alvin (2003). *A terceira vaga*. Lisboa: Livros do Brasil.

Touraine, Alain (1969). *La société post-industrielle*. Paris : Denoël.

Trigilia, Carlo (2002). *Economic Sociology*. Massachusetts: Blackwell Publishing.

ⁱ População desempregada (em sentido restrito) é constituída por todos os indivíduos que, na semana de referência, não tinham qualquer trabalho, estavam disponíveis para trabalhar e fizeram diligências ativas nos últimos 30 dias para encontrar um emprego remunerado ou não.

ⁱⁱ População empregada é o resultado do conjunto de indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontravam numa das seguintes situações: a) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; b) tinha um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego; c) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica; d) estava em situação de pré-reforma, mas encontrava-se a trabalhar no período de referência. Como facilmente se depreende, o conceito estatístico de população empregada é multidimensional e pouco restritivo.

ⁱⁱⁱ Projeto de investigação sobre os trabalhadores temporários de agência, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/MHC-PSO/4399/2012) <http://taw.psicologia.ulisboa.pt/TAW/TAW.html>

^{iv} O trabalho temporário em Portugal representa uma modalidade contratual que envolve 3 entidades jurídicas diferentes: o trabalhador temporário, a empresa de trabalho temporário (a agência) e o cliente de trabalho temporário (o utilizador). Trata-se de uma modalidade de trabalho não permanente ou coincidente com as figuras legais do contrato de trabalho por conta de outrem ou contrato de prestação de serviços. Tem a particularidade de ser uma modalidade contratual tripartida, em que o laço contratual direto do trabalhador é firmado com a empresa de trabalho temporário (a agência) e não com a empresa cliente e utilizadora de trabalho temporário.

^v A definição de trabalhador temporário utilizada pelo Eurostat corresponde a uma definição ampla de “temporary employee”, de acordo com o qual "Temporary employment includes work under a fixed-term contract, as against permanent work where there is no end-date. A job may be considered temporary employment (and its holder a temporary employee) if both employer and employee agree that its end is decided by objective rules (usually written down in a work contract of limited life). These rules can be a specific date, the end of a task, or the return of another employee who has been temporarily replaced. Typical cases are: people in seasonal employment; people engaged first by an agency or employment exchange and then hired to a third party to do a specific task (unless there is a written work contract of unlimited life); people with specific training contracts" in

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Glossary:Temporary_employee